

**TURMA RECURSAL ÚNICA**

**J. S. Fagundes Cunha**

Presidente – Relator

**RECURSO INOMINADO Nº 2006.3360-3, DO**  
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE**  
**CURIÚVA**

RECORRENTE .....: **VERA CRUZ SEGURADORA S/A**

RECORRIDO.....: **ANTONIO MARCOS MASTELARO**

RELATOR.....: **J. S. FAGUNDES CUNHA**

**RECURSO INOMINADO. PREPARO. DEPÓSITO DO PORTE DE REMESSA SOB O CÓDIGO DO PORTE DE RETORNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURO. CONDENÇÃO DO SEGURADO AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS. NOTIFICAÇÃO DA SEGURADORA PARA PAGAMENTO. CONTRATAÇÃO APENAS DE COBERTURA CONTRA DANOS PESSOAIS.**

- 1. O art. 20 da Resolução 01/2005 do Conselho Superior dos Juizados Especiais, que determina o pagamento dos portes de remessa e retorno sob códigos próprios tem tão somente a finalidade de facilitar a contabilidade dos valores recolhidos ao FUNREJUS.*
- 2. Assim, efetivamente depositado o valor do porte de remessa, ainda que sob código impróprio, é de admitir o recurso, dado o prejuízo mínimo causado à Administração Pública, em prol do direito ao duplo grau de jurisdição, dada sua considerável magnitude. Princípio da proporcionalidade.*
- 3. Não havendo ciência inequívoca do consumidor sobre a exclusão dos danos morais do âmbito da cobertura de danos pessoais, considera-se aqueles como espécies destes. Precedentes.*

**Negado provimento.**

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

**Vistos**, relatados e discutidos estes autos de **Recurso Inominado nº 2006.000336-3/0** do **Juizado Especial Cível da Comarca de Curiúva**, em que é Recorrente **Vera Cruz Seguradora S. A.** e Recorrido **Antonio Marcos Mastelaro**.

**01. RELATÓRIO**

**Antonio Marcos Mastelaro** interpôs ação com pedido de regresso em face de **Vera Cruz Seguradora S/A** alegando que, em razão de acidente no qual se envolveu, sofreu condenação por danos morais e materiais em ação ajuizada contra si, e que, tendo notificado a seguradora para pagamento dos valores, a mesma não dispôs-se a pagar os valores referentes à condenação por danos morais.

Em parecer devidamente homologado (fls. 141/144 e 146), o pedido foi julgado procedente para condenar a ré ao pagamento de R\$ 4.000,00 ao autor, a título de ressarcimento daquela condenação.

Inconformada com a decisão interpôs a ré o presente recurso alegando, em síntese, que não houve contratação para cobertura de danos morais, sendo a referida cobertura expressamente excluída no “Manual do Segurado”. Requereu, ao final, o provimento do recurso para julgar improcedente a ação.

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator****É o relatório.****02. FUNDAMENTAÇÃO**

Antes de se adentrar no mérito da questão, imprescindível a análise da preliminar de deserção levantada pelo Recorrido.

Neste sentido, alega a parte que o porte de remessa foi recolhido sem guia própria, com código diferente do exigido pelo art. 20 da Resolução 01/2005. Efetivamente, do comprovante de fls. 157 verifica-se que a parte realmente utilizou-se do código de retorno para o recolhimento também do porte de remessa.

É de se salientar, no entanto, que a finalidade da norma apontada, ao indicar os códigos pelos quais devem ser recolhidos os portes de remessa e retorno, é apenas facilitar a contabilidade do órgão receptor dos recursos, no caso o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (FUNREJUS). Destarte, não há prejuízo efetivo ao Poder Público se a parte, imbuída de boa-fé, erra na indicação do código de recolhimento adequado, mas recolhe o valor integral devido.

Não havendo esse prejuízo efetivo para a Administração Pública, e estando em jogo o direito ao duplo grau de jurisdição conferido à parte pela lei ordinária, deve ser admitido o presente recurso.

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

Isto porque, em sede de Direito Administrativo, vigora o princípio da proporcionalidade, segundo o qual devem ser sopesados os valores em conflito, devendo prevalecer aquele de maior valor, sem total supressão daquele de menor valor.

Neste sentido, considerando-se que o valor do porte de remessa foi efetivamente recolhido, juntamente com o porte de retorno (fls. 157), o prejuízo advindo para a Administração Pública é mínimo, contábil, e deve ceder espaço ao direito ao duplo grau de jurisdição da parte, direito de magnitude maior neste contexto.

Portanto, devidamente preparado o processo, e presentes os demais pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos, é de ser conhecido o recurso.

No mérito, entretanto, não merece provimento.

Com efeito, dispõe de forma uníssona a jurisprudência:

DECISAO:

ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA DECIMA SEXTA CAMARA CIVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARANA, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM DAR PARCIAL PROVIMENTO A APELACAO 1. NEGAR PROVIMENTO A APELACAO 2 E NAO CONHECER DA APELACAO 3, NOS TERMOS DESTE JULGAMENTO. EMENTA: INDENIZACAO - ACIDENTE DE TRANSITO - PENSAO - 2/3 DA ULTIMA RENDA MENSAL DA VITIMA

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

- TERMO FINAL - 65 ANOS DE IDADE - DANO MORAL - FIXACAO EM OBSERVANCIA AOS PRINCIPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE - CONTRATO DE SEGURO - DANOS PESSOAIS - ABRANGENCIA DOS DANOS MORAIS - HONORARIOS ADVOCATICIOS - FIXACAO - INTELIGENCIA DO ARTIGO 20, § 3. DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL. 1. A PENSAO DECORRENTE DE ATO ILICITO DEVE SER FIXADA EM 2/3 DA RENDA MENSAL DA VITIMA. 2. A FIXACAO DA INDENIZACAO A TITULO DE DANO MORAL DEVE OBEDECER AOS PRINCIPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, CONSIDERADAS AS CONDICoes ECONOMICAS DO CAUSADOR DO DANO E A SITUACAO SOCIAL DA VITIMA, A GRAVIDADE E A REPERCUSSAO DOS FATOS, O QUE RESTOU OBSERVADO PELO MAGISTRADO "A QUO". 3. **"EM CONTRATO DE SEGURO EM QUE A APOLICE PREVE A COBERTURA POR DANOS PESSOAIS, COMPREENDEM-SE NESTA EXPRESSAO DANOS MORAIS."**, (STJ - RESP 131804/PR). 4. OS HONORARIOS ADVOCATICIOS FORAM FIXADOS EM OBSERVANCIA AOS PARAMETROS PREVISTOS NO ARTIGO 20, §3. DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL, INEXISTINDO RAZOES PARA SUA MAJORACAO. 5. NAO SE CONHECE DA APELACAO DA MASSA FALIDA EM RAZAO DA SUA INTEMPESTIVIDADE. 6. APELACAO 1, PARCIALMENTE PROVIDA. APELACAO 2, DESPROVIDA. APELACAO 3, NAO CONHECIDA. (ApCv 298456-5, TJ/PR, 16ª Câmara Cível, Rel. Guilherme Luiz Gomes, julgado em 25/01/2006)

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

Desta forma, como se pode notar, não há dúvidas de que o dano moral é espécie de danos que pode sofrer a pessoa.

Reforça este entendimento a regra do art. 47 do CDC, que determina: “as cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor”.

Assim, contratada cobertura contra danos pessoais (apólice às fls. 13), incluem-se nestes tanto os danos materiais como os danos morais.

Nem se alegue, de outro lado, que conforme o “Manual do Segurado”, os danos morais constituir-se-iam em cobertura à parte, a ser contratada separadamente, pois não há notícia no processo de que o consumidor tenha efetivamente tomado conhecimento desta exclusão, havendo de prevalecer o exposto na apólice.

**03. VOTO**

Assim, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo-se a sentença proferida pelo seus próprios fundamentos.

De conseqüência, condeno a recorrente nas custas e despesas processuais, assim como ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono do recorrido, os quais fixo em 20%

Recurso Inominado nº 2006.3360-3 – Juizado Especial Cível de Curiúva

Recorrente: VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Recorrido: ANTONIO MARCOS MASTELARO

**TURMA RECURSAL ÚNICA****J. S. Fagundes Cunha****Presidente – Relator**

(vinte por cento) do valor corrigido da condenação, nos termos do art. 55, segunda parte da Lei 9.099/95.

**04. DECISÃO**

**ACORDAM** os Magistrados integrantes da **Turma Recursal Única** dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, J. S. FAGUNDES CUNHA – Relator, Edgard Fernando Barbosa – Vogal e Luciano Campos de Albuquerque – Vogal, sob a Presidência de J. S. FAGUNDES CUNHA, em **CONHECER e NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, por unanimidade de votos, de acordo com o Voto do Relator, conforme consta na Ata do julgamento.

Curitiba, 30 de junho de 2006.

**J. S. FAGUNDES CUNHA – Relator**  
Juiz Substituto em Segundo Grau  
**Presidente da Turma Recursal**